



VOTO DE SAUDAÇÃO

A PAC – Política Agrícola Comum, comemora 50 anos desde a sua implementação.

A 14 de janeiro de 1962, era criada, oficialmente, aquela que foi a primeira, senão mesma a única e verdadeira, política comum da, então, CEE (comunidade económica europeia), como previsto no Tratado de Roma de 1957.

Criada na década de 50, por seis estados europeus, acabados de sair de um conflito bélico sem precedentes no velho continente, a CEE, pretendia fazer face à vaga de fome e de escassez de alimentos por que passava toda a Europa, através do aumento da produção agrícola e da sua eficiência, tornando-se fundamental para tal, a concentração das explorações existentes, designadamente em três áreas fundamentais: as culturas arvenses, a carne e o leite de bovino, como base da alimentação humana.

Para além deste objetivo estratégico para uma Europa em crise alimentar, pretendia-se, ainda, assegurar o abastecimento regular de géneros alimentícios, manter o equilíbrio entre o campo e a cidade, valorizar os recursos naturais e preservar o ambiente, garantir aos agricultores um rendimento em conformidade com os seus desempenhos e assegurar a disponibilidade de produtos agrícolas aos consumidores a preços acessíveis.

Há 50 anos, a principal prioridade política agrícola da Europa, era produzir alimentos suficientes para a sua população. Para o efeito, foram utilizados instrumentos como os subsídios à produção e à compra de excedentes.

Durante esse tempo, os objetivos basilares foram cumpridos, mas também surgiram problemas, nomeadamente de excedentes.

Em 1992 a PAC foi sujeita a uma revisão profunda, conhecida como a reforma de MacSharry, que de forma sucinta, se pode dizer que substituiu a intervenção no mercado por esquemas de pagamento direto dos agricultores, compensando estes por perdas de rendimento.

No ano de 2003 houve uma nova reforma da PAC, esta intercalar, cujo principal objetivo foi o de desligar os pagamentos diretos da produção. Objetivo a que os Açores não aderiram.

Hoje, o principal objetivo desta política é permitir que os produtores de alimentos, possam produzi-los de forma segura, com qualidade e em quantidade para os consumidores europeus, contribuindo assim para o



desenvolvimento económico das zonas rurais, no restrito respeito pelas normas em matéria de proteção do ambiente e de bem-estar animal.

As várias reformas a que a PAC foi sujeita, promoveram a inovação nas práticas agrícolas e de transformação de produtos, que aumentaram a sua produtividade.

Porque em todos os países desenvolvidos existem políticas específicas de apoio ao setor agrícola, como por exemplo os Estados Unidos da América ou o Canadá, entre outros, também a PAC complementa as receitas dos agricultores, de forma justa, diga-se, com ajudas diretas que lhes asseguram um nível de vida digno, em troca do cumprimento de determinadas normas ambientais e de bem-estar animal.

A nível Nacional, fruto de um desajustamento entre o objetivo da PAC, de diminuição de excedentes, que contrastava com a necessidade do país, de aumento da sua produção interna, o setor agrícola teve dificuldades acrescidas, de que ainda hoje se sentem os efeitos.

Numa economia ultraperiférica e com especificidades próprias como a dos Açores, a PAC, através dos fundos disponíveis, assentes em dois pilares, provenientes dos fundos FEAGA (Fundo Europeu de Garantia Agrícola) e FEADER (Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural), tiveram e continuam a ter uma importância decisiva nas políticas levadas a cabo pelos Governos da Região.

Encontramo-nos agora numa fase decisiva de revisão da PAC para o próximo período 2013-2020, e sendo certo que a PAC trouxe aspetos positivos para o desenvolvimento da nossa agricultura, também não é menos certo de que se torna necessário que esta tenha em consideração aspetos fundamentais para o setor agropecuário Regional, entre os quais se destaca o sistema de quotas leiteiras, cujos efeitos do eventual desmantelamento terá de ser tido em consideração na atual revisão, de forma a salvaguardar os interesses de uma região que tem no leite e laticínios o seu principal setor económico, com uma importância social transversal a toda a sociedade das nossas ilhas.

Necessitamos de uma PAC forte, com uma política verdadeiramente comum, flexível, assente nos seus dois pilares, com ajudas ligadas à produção, e **consciente** das especificidades das suas regiões ultraperiféricas como os Açores.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um voto de saudação pela passagem do quinquagésimo Aniversário da PAC – Política Agrícola Comum, e do que esta representou e representa para a Região e para os seus agricultores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Aprovado, por maioria, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 26 de janeiro de 2012.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral'.

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral